

-----**ACTA N.º 13**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL
REALIZADA EM 1 DE JULHO DE 2004:**

No dia um de Julho do ano dois mil e quatro, nesta cidade de Mealhada, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal de Mealhada, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, Carlos Alberto da Costa Cabral, e com as presenças da Senhora Vice-Presidente, Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e dos Senhores Vereadores, João Manuel Ferreira Louzado, Fernando José Ferraz da Silva e Delfim Manuel Neves Martins. A Senhora Vereadora Maria Odete dos Santos da Isabel faltou justificadamente por motivos profissionais bem como o Senhor Vereador Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques, por se encontrar presente na Assembleia da República.

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Cristina Maria Simões Olívia, coadjuvada pela Técnica Superior de 1ª Classe, Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho.

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Exmo. Presidente da Câmara, pelas 14 horas e 30 minutos foram tomadas as seguintes deliberações:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

1) O Senhor Presidente informou que a obra dos esgotos da Mata do Buçaco já se iniciou. Referiu ainda que tendo sido apresentado uma candidatura ao Q.C.A. III, a componente nacional vai ser paga pela Câmara Municipal, pela Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, pela Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos Nacionais e pelo Hotel Palace do Buçaco.

2) A Senhora Vice-Presidente informou que abriu ao público o Posto de Informação Turística, tendo o Senhor Vereador João Louzado referido que se congratulava com a notícia.

3) O Senhor Vereador João Louzado interveio para dizer que se deveria sugerir à Câmara Municipal de Coimbra a criação de uma linha de Bus na entrada Norte do IC 2 para a cidade de Coimbra entre a Estação Velha e a Casa do Sal, para permitir o acesso a veículos prioritários, principalmente ambulâncias.

4) O Senhor Vereador João Louzado voltou a intervir a propósito das notícias publicadas no Jornal das Beiras, relacionadas com a Mata do Buçaco, tendo referido que neste assunto se deve ir além das questões políticas. O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador se era de opinião que se estava a utilizar a Mata do Buçaco para lutas políticas. Acrescentou que a Mata do Buçaco precisa de um grande investimento, para além das despesas de manutenção corrente, mas disse manter a esperança que o Governo altere este estado de coisas, para bem da Mata. Referiu ainda que a Câmara Municipal faz parte de uma Comissão "ad' hoc" que tem como finalidade a recuperação da Mata do Buçaco e que tem conhecimento pela imprensa que o projecto da Universidade de Aveiro não vai ser implementado até 2006.

Referiu ainda ter dito aos jornalistas que não é sequer investido na Mata o dinheiro que é cobrado nas entradas, nem outro tipo de receitas, como por exemplo a renda do Palace Hotel, a venda de madeira, circuitos turísticos, etc. O que se assiste hoje é de facto a uma situação em que nada se faz para a recuperação da Mata além das medidas de rotina. As únicas entidades que estão a cumprir o que assumiram são, a Câmara Municipal, com a obra dos esgotos, e a Universidade de Aveiro, que fez o projecto de recuperação da Mata e que se encontra na Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral a aguardar decisão. O Senhor Presidente informou ainda que a partir de 1 de Janeiro de 2005, a Mata vai ficar sob a jurisdição da Direcção Regional dos Recursos Florestais, com sede em Viseu, segundo foi informado numa reunião que teve lugar recentemente por iniciativa da Câmara Municipal.

O Senhor Vereador João Louzado interveio para reafirmar a sua convicção de que a Mata tem de ter uma gestão privada, seja através de uma empresa municipal ou de uma Associação de Municípios, ou outra figura que qualquer, pois tem mais possibilidades de ser preservada nessas condições. Referiu ainda que o seu primeiro objectivo é a defesa da Mata e não a sua exploração em termos económicos, mas obviamente que tem de haver exploração de alguns recursos, para a mesma ser rentável.

O Senhor Presidente referiu que discorda da opção pela gestão privada, pois os recursos públicos não devem ser geridos por privados, mas se algum dia essa opção for colocada, a Câmara Municipal da Mealhada estará na primeira linha para se candidatar a essa gestão.

O Senhor Vereador Ferraz da Silva disse que aquando da visita do Senhor Presidente da República falou-se muito da recuperação da Mata, surgiram boas intenções, mas esquecida a visita tudo continua na mesma. Disse dar preferência à gestão pública, mas seja qual for a opção de gestão, o certo é que a Mata está cada vez mais degradada. É lamentável que a Mata seja alugada por empresas para desportos como o "paint ball". Referiu ainda existir outro perigo na Mata que é o perigo de incêndios, pois há estradas que até há pouco tempo estavam transitáveis e hoje não estão. Se começar um incêndio nos moinhos de vento facilmente chega à Cruz Alta sem que ninguém o possa combater e evitar, se o vento for de feição.

O Senhor Vereador João Louzado referiu que há zonas em que o corta fogo de protecção da Mata tem um metro que é como não existisse e há outros com doze metros, mas que não são limpos e onde as copas das árvores se tocam permitindo facilmente a propagação dos incêndios.

O Senhor Presidente referiu que a Câmara Municipal tem cedido máquinas à Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral para efectuar trabalhos na Mata. Acrescentou que não se pode deixar esmorecer o entusiasmo que se criou com a visita do Senhor Presidente da República, em volta desta questão, sendo essa a razão porque a

Câmara Municipal nunca se calou quanto ao problema, porque senão o assunto será completamente esquecido.-----

5) O Senhor Vereador João Louzado perguntou se foi feito o comunicado da protecção civil no sentido de sensibilizar as pessoas para procederem à limpeza de mato junto às casas, pois entende ser importante para a sensibilização das pessoas.

O Senhor Presidente referiu que entende a preocupação do Senhor Vereador, mas a Câmara Municipal entende ser completamente impotente para agir contra os prevaricadores, pois não tem meios para isso mas irá intervir na medida dos seus fracos recursos nesta área.-----

6) O Senhor Vereador Ferraz da Silva interveio para salientar que em sua opinião ser uma situação extrema a que se está a assistir com as faltas dadas pelo Senhor Vereador Breda Marques, o que demonstra um enorme desinteresse pelos assuntos do Município. Entende que o Senhor Vereador deve assumir a fuga, como o Senhor Primeiro-Ministro, e deve dar o lugar a alguém que venha efectivamente discutir os assuntos de interesse para o Município.

O Senhor Vereador João Louzado interveio a propósito do que disse o Senhor Vereador Ferraz da Silva, para salientar que o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso, não fugiu, optou por um cargo honroso para o País, e é perfeitamente natural quando os cargos são incompatíveis ou inconciliáveis que se tomem opções, especialmente quando dentro do partido existem pessoas com capacidade para continuar a desempenhar o cargo.

O Senhor Vereador Ferraz da Silva referiu que disse "fuga" porque foi o que aconteceu na realidade, pois o Engenheiro Guterres também foi convidado para o cargo e optou pelo País.-----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR – A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta n.º 12 da reunião ordinária realizada em 17 de Junho de 2004.-----

EMPREITADAS DA "ESTRADA MUNICIPAL ANTES-PÓVOA DO GARÇÃO-LIMITE DO CONCELHO" E DO "JARDIM PÚBLICO DA PAMPILHOSA (ENVOLVENTES AO LAGO, ILUMINAÇÃO E ESTADIAS)":

MINUTAS DOS CONTRATOS - INFORMAÇÃO – A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, em cumprimento do disposto no art.º 116.º do DL n.º 59/99, de 02/03, aprovar as minutas dos contratos das empreitadas da "Estrada Municipal Antes - Póvoa do Garção - Limite do Concelho" e do "Jardim Público da Pampilhosa (Envolventes ao Lago, Iluminação E Estadias)", que se dão como integralmente reproduzidas para todos os efeitos legais.-----

ARQUIVO MUNICIPAL DA MEALHADA:

PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO - INFORMAÇÃO – A Câmara Municipal analisou o pedido de prorrogação de prazo apresentado por CIPRIANO PEREIRA DE CARVALHO & FILHOS, LDA.,

empresa adjudicatária da empreitada mencionada em epígrafe, bem como as informações do Senhor Fiscal da Obra e do Chefe da Divisão de Obras Municipais, datadas de 23 e de 24 de Junho de 2004, respectivamente, sobre o assunto, tendo deliberado, por unanimidade e em minuta, conceder uma prorrogação graciosa do prazo de 75 dias.-----

LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES:

ANÁLISE DE PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES – A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos de obras particulares deferidos por despachos do Exmo. Presidente da Câmara, exarados de 17 a 30 de Junho de 2004, em conformidade com as competências que lhe foram delegadas ao abrigo do disposto na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.-----

RITA MARIA BOA-ALMA CARDOSO PAIS E JOANA MARIA BOA-ALMA CARDOSO PAIS:

PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 3/2001 – A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a operação de loteamento e obras de urbanização, nas condições previstas na informação técnica de 22 de Junho de 2004, da Senhora Chefe da Divisão de Gestão Urbanística.-----

ATENDIMENTO DO PÚBLICO:

1) Esteve presente a D. Maria Piedade Martins Poças, residente na Vacariça, para solicitar à Câmara Municipal a reparação de um muro, uma vez que o mesmo foi danificado pelos serviços de águas aquando da mudança de contador, tendo na altura sido referido pelos serviços que o muro seria reparado, o que não aconteceu até agora. Referiu ainda que já há algum tempo anda a pagar uma conta de água muito elevada e a factura do último mês não corresponde ao que consta no contador.

O Senhor Presidente referiu que irá transmitir aos serviços a reclamação apresentada.-----

2) Esteve presente o Senhor Alberto Penetra, residente no Luso para perguntar se já existe nome para a rotunda de Casal Comba, e para sugerir, caso não exista, que a Câmara Municipal atribua à rotunda o nome do arquitecto que fez o projecto. Referiu ainda que a Câmara Municipal deve ter conhecimento que foi dado o nome do Arquitecto Cassiano Branco à rua em frente ao Grande Hotel do Luso, apesar de ter sugerido à Junta de Freguesia que o nome a atribuir à referida rua fosse o do Comendador Messias Baptista.

O Senhor Vereador Ferraz da Silva esclareceu que até há algum tempo a responsabilidade de atribuir os nomes às ruas incumbia às Juntas de Freguesias e só há alguns meses é que essa responsabilidade passou para a Câmara Municipal. A rua que o Senhor munícipe referiu consta na proposta da Junta de Freguesia como Rua da Igreja, que vai desde o "engarramento" até à Igreja, mas como a alameda não tinha

qualquer nome, a Câmara Municipal decidiu atribuir o nome de Cassiano Branco.-----

3) Esteve presente a D. Paula Andrade, residente em Mealhada, que referiu ter-se dirigido à 4ª Secção da Câmara Municipal para entregar alguns elementos para instrução do seu processo de obras, sendo um desses elementos o Relatório do Ruído. O relatório que possui, e que pretendia entregar, foi elaborado pela empresa Contraruído, que é uma empresa não acreditada e por essa razão a Câmara Municipal não o aceitou. Tal situação traduz-se num enorme prejuízo, porque não pode ocupar a casa, pagou 1.200 € pelo estudo e agora terá que entregar outro que não sabe quando estará pronto e quanto lhe custará. Acrescentou que na altura em que entregou o Relatório de Dados Acústicos elaborado pela mesma empresa, foi aceite e agora já não é, pelo que não percebe a alteração das regras do jogo. Para além do mais disse ter sido informada que a Câmara Municipal deveria possuir ela própria um mapa de ruído com a indicação de zonas sensíveis, o que não acontece. A Câmara Municipal não pode exigir aos particulares que cumpram a lei quando também não a cumpre. Disse ainda que segundo sabe não se trata de acreditar empresas, mas sim métodos.

O Senhor Presidente referiu que o que é acreditado é o método utilizado pela empresa. Acrescentou que a Câmara Municipal apenas está obrigada a elaborar o mapa do ruído no âmbito da revisão do P.D.M., o que está em curso neste momento. Enquanto isso, essa responsabilidade cabe ao munícipe. O Senhor Presidente disse ainda que o Regulamento Geral do Ruído resulta da transposição de normas comunitárias que não se adequam à realidade portuguesa mas são lei. Por outro lado, o facto de o relatório ter sido aceite em Setembro de 2002, deveu-se ao facto de se ter resolvido aceitar transitoriamente estudos feitos por empresas não acreditadas, pois as que estavam acreditadas exigiam preços na ordem dos quinhentos contos e existiam apenas em Lisboa e Porto. Referiu ainda que vai fazer tudo o que for possível para resolver o problema apresentado, mas o que não vai nem pode fazer é violar a lei aplicável, por muito injusta que ela seja, pois a responsabilidade recai sobre quem defere.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, de tudo para constar se lavrou a presente acta, que eu, Cristina Maria Simões Olívia, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, subscrevo e assino.-----
